

3ª CONFERÊNCIA NACIONAL ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO

Afirmar o papel estratégico
do Ensino Superior e da Ciência

A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR: EVOLUÇÃO RECENTE

No período 2005/2010 o sistema de ensino superior, e em particular o seu sector público, atravessou uma fase de profundas alterações de enquadramento legal, que teve uma forte influência na situação profissional dos docentes. Foram, no caso, a aprovação do RJIES e das conseqüentes alterações nos estatutos das instituições dele decorrentes e ainda o processo de revisão dos estatutos de carreira docente (ECDU e ECPDESP). Sofreu também as conseqüências de uma política continuada de cortes no financiamento que foram impostos às instituições.

Em valor absoluto, a dotação do OE disponibilizada às Universidades em 2011 era ligeiramente inferior à dotação recebida em 2005 mas, em termos comparáveis a 2005, o orçamento real das Universidades em 2011 apresentava uma redução de cerca de 13%. Para 2012, estima-se nova e significativa redução global das despesas nas instituições do ensino superior.

Nas universidades públicas como nos politécnicos, muito difícil será manter o normal funcionamento em 2012 com os novos cortes anunciados, dado que a grande maioria das instituições depende muito do Orçamento de Estado para cobrir as suas despesas.

Este quadro político, recentemente ainda mais agravado pela crise, reflectiu-se inevitavelmente na situação profissional dos docentes do ensino superior e continuará a influenciá-la fortemente no futuro próximo.

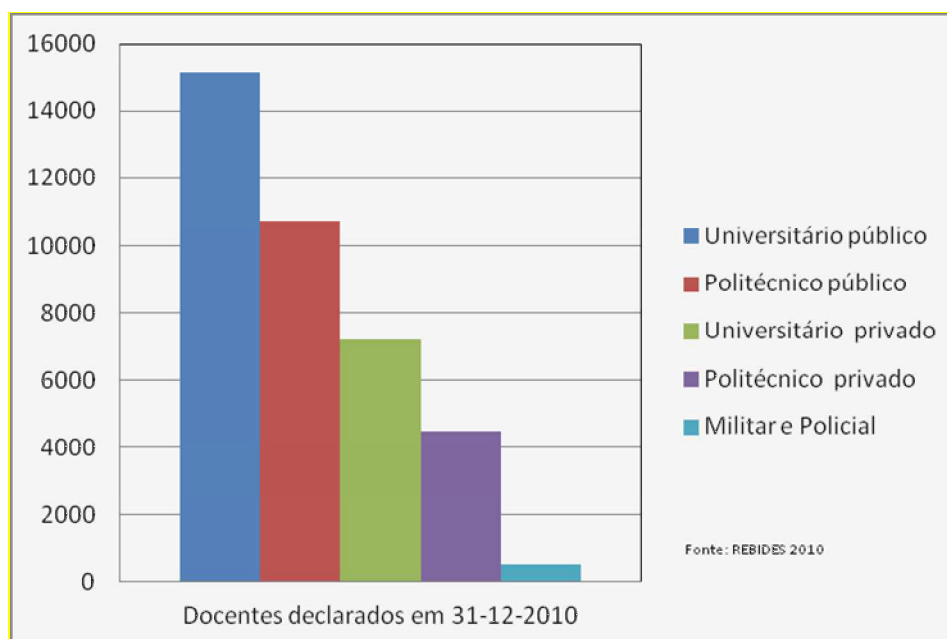
Recorrendo aos dados tornados públicos pelo ministério da tutela relativamente ao conjunto do pessoal docente do ensino superior (REBIDES, estatísticas do GPEAR1 e documentos da DGES), procurou-se caracterizar o perfil e a situação profissional dos docentes do ensino superior português e linhas gerais caracterizadoras da sua evolução nos últimos anos

Os dados existentes permitem, em particular, tirar algumas conclusões relativamente a:

A) REPARTIÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR POR SUBSECTOR DE ACTIVIDADE

No período 2005-2010 não se observa uma variação significativa da dimensão relativa dos corpos docentes declarados para os diferentes subsectores (Figura 1). Quase 70% dos docentes no ensino superior leccionam no sector público. Para o conjunto do sistema, o número de docentes declarados teve um aumento de apenas 1,3% para um universo de alunos que, no mesmo período, aumentou 7,9% e enquanto se registava também uma diminuição do número de instituições a funcionar, que passaram de 328 a 303.

Figura 1 – Repartição dos docentes do ensino superior por subsector de actividade



Em 31 Dez 2010 existiam 38.079 docentes de ensino superior declarados, que correspondiam de facto a 35.081 indivíduos a leccionar nas 303 instituições. Noutros termos, existiam 2.898 docentes que prestavam serviço em mais do que uma instituição de ensino superior. Neste conjunto encontra-se uma grande diversidade de situações, que vão desde a simples gestão racional de recursos humanos dentro de uma mesma universidade constituída por diferentes escolas até ao caso extremo de indivíduos (verdadeiros “turbo-professores” dos tempos modernos) que são referidos como exercendo em múltiplas instituições.

Mas se nos últimos dois anos, neste contexto de dificuldades orçamentais, o número de docentes declarados aumentou cerca de 5% no sector público, em termos reais, de equivalentes em regime de tempo integral (ETIs), registou-se uma diminuição de 1%.

Como a Tabela 1 demonstra, um menor número de docentes (ETI’s) leccionou um maior número de alunos o que se traduz num aumento do rácio Alunos/Docente (ETI’s). O que estrangulamento financeiro está de facto a provocar é um aumento das cargas lectivas, para além do que o estatuto consigna, e o recurso a formas de colaboração não remunerada na docência (bolseiros, docentes e colaboradores voluntários, professor afiliado...).

Tabela 1 – VARIAÇÃO DO RÁCIO ALUNOS/DOCENTES (ETI’s) (entre 2009 e 2010)

	2009/2010			2010/2011			Δ (rácio)
	Alunos inscritos	ETIs	Alunos/ETIs	Alunos inscritos	ETIs	Alunos/ETIs	
Univ ^o público	184294	9865,2	18,7	193633	9797	19,8	5,8%
Polit ^o público	114828	7954,9	14,4	120399	7987	15,1	4,4%

B) QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

No período em apreço foi possível observar-se (em termos absolutos) um aumento significativo da qualificação dos docentes no ensino superior.

O universo dos indivíduos que prestam serviço docente no conjunto das instituições de ensino superior tinha em 31/12/2010 as qualificações académicas constantes na Tabela 2:

Tabela 2 – QUALIFICAÇÕES DOS INDIVÍDUOS DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR (em 31/12/2010)

	Nº	%
Doutor (ou equivalente)	14.757	42,8%
Mestre ou equivalente	10.471	30,3%
Outras	9.286	26,9%
TOTAL	34.514	

(Fonte: REBIDES 10)

Mas são grandes as variações na sua distribuição pelos diferentes subsectores, como se pode constatar nos gráficos em Anexo 1, Enquanto a percentagem média de doutores nas universidades públicas (em ETIs) era 79%, nas universidades privadas era 48% e no politécnico público 25%.

Mesmo dentro de cada um dos subsectores se registavam grandes variações na qualificação dos corpos docentes. Existiam algumas escolas de universidades públicas com o corpo docente quase com 100% de doutores, uma percentagem que é mais do dobro da que se verifica nalguma universidades privadas, E havia também no politécnico público escolas com maior percentagem de doutorados do que a que se verificava algumas universidades privadas.

Em todo o sistema havia, em 31/12/2010 um ratio do total de alunos (excepto CET's) por docente doutorado de 1/27,7.

A Tabela 3 mostra que, no seu conjunto, as universidades públicas cumprem claramente o requisito fixado no RJIES de dispor, no conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam actividade docente ou de investigação, a qualquer título, na instituição, no mínimo, um doutor por cada 30 estudantes,

Tabela 3 - RÁCIO ALUNOS/DOCTORES (ETIs) (em 31/12/2010)

	Alunos/Doutores (ETIs)
	2010/2011
Univº público	19,7
Politº público	58,8
Univº privado	30,7
Politº privado	50,3
(TOTAL)	(27,7)

(Fonte: REBIDES 10)

Perto desse mínimo está o valor médio relativo às universidades privadas.

No que se refere ao ensino politécnico o requisito estipulado pelo RJIES quanto a qualificações académicas do corpo docente é de existir um mínimo de um doutor ou especialista por cada 30 estudantes, sendo que pelo menos 15% dos docentes da instituição devem ser doutores em regime de tempo integral e pelo menos 35% serem detentores do título de especialista (os quais poderão igualmente ser doutores. Em termos de subsistema, a percentagem de doutores no politécnico é superior ao que é imposto pelo RJIES. Já no que se refere à nova figura de especialista, o número destes títulos até agora atribuídos pelo politécnico é manifestamente reduzido e estima-se que fossem necessários mais de 2000. especialistas (ou especialistas + doutores) para atender a esse requisito fixado pelo RJIES.

No quadro de estrangulamento financeiro e de contratações que está colocado ao sector público do ensino superior não será possível satisfazer este requisito estipulado para o politécnico.

O que esse estrangulamento financeiro também implica é a impossibilidade de cumprir com as disposições legais aprovadas (pelo Governo e pela AR) no processo de revisão dos ECD's. Com estes cortes, o alargamento previsto para os lugares de carreira não é possível!

C) SOBRE OS DOCENTES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO PÚBLICO

O número de docentes declarados pelas universidades públicas, como refere o documento geral não sofreu uma variação significativa. Registou-se um aumento do número de professores na carreira, essencialmente como consequência da passagem de assistentes a professores auxiliares após doutoramento. Mas diminuiu entre 2005 e 2010 tanto o número de catedráticos como o de associados do sistema. Os lugares postos a concurso nestas categorias não foram suficientes sequer para compensar as saídas por reforma dos professores associados e catedráticos, pelo que o sistema, em vez de se aproximar, tem-se afastado das metas de qualificação fixadas na revisão do ECDU.

Nas universidades públicas os professores estão sem perspectivas de progressão na carreira.

No que se refere ao regime de prestação de serviço dos docentes das universidades públicas, observam-se ao longo do período 2005-2010 (Tabela 4) duas claras tendências:

- uma diminuição de cerca de 6% no número de docentes a tempo inteiro (dedicação exclusiva ou tempo integral), no essencial, dos docentes que estão integrados na carreira;

- um aumento de 27% no número de docentes contratados a tempo parcial, indiciador de uma progressiva precarização de contratos, e um aumento de 90% no número dos que exercem funções docentes sobre outras formas de colaboração que não as previstas no estatuto. E, note-se que estes números não incluem os muitos casos conhecidos de bolseiros que estão a dar aulas e que não são declarados pelas instituições como tendo funções docentes. As universidades públicas apenas declararam em 2010 a existência de 104 bolseiros com funções docentes. Trata-se pois de alterações que ocorrem na composição do corpo docente que são consequência directa dos cortes no financiamento que se têm verificado.

A percentagem de docentes em regime de dedicação exclusiva nas universidades públicas (77% do total em 2005) baixou para 63% neste período de 5 anos.

Tabela 4 – REGIMES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ENTRE 2005 E 2010

UNIVERSITÁRIO PÚBLICO - 2005				UNIVERSITÁRIO PÚBLICO - 2009				UNIVERSITÁRIO PÚBLICO - 2010			
Tempo inteiro	Dedicação exclusiva	10119	11353	Tempo inteiro	Dedicação exclusiva	8898	10717	Tempo inteiro	Dedicação exclusiva	9576	10598
	Tempo integral	1190			Tempo integral	1023			Tempo integral	1022	
	Regime de tenure				Regime de tenure	771			Regime de tenure		
	Comissão de serviço	6			Comissão de serviço	12			Comissão de serviço		
	Requisição	38		Requisição	13		Requisição				
Tempo parcial	Tempo parcial ≥ 50%	567	2947	Tempo parcial	Tempo parcial ≥ 50%	651	3171	Tempo parcial	Tempo parcial ≥ 50%	892	3778
	Tempo parcial < 50%	2380			Tempo parcial < 50%	2520			Tempo parcial < 50%	2886	
Outros	Colaboração	271	405	Outros	Colaboração	428	562	Outros	Colaboração	765	765
	Cooperante	44			Cooperante	9			Cooperante		
	Regime gracioso	90			Regime gracioso	124			Regime gracioso		
	(não disponível)				(não disponível)	1			(não disponível)		
TOTAL			14705	TOTAL			14450	TOTAL			15141

(Fonte: REBIDES 10)

D) SOBRE OS DOCENTES DO ENSINO POLITÉCNICO PÚBLICO

No ensino superior politécnico público a precariedade laboral continua a estar bem patente.

Apesar da significativa melhoria ocorrida como consequência do regime de transição aprovado na A.R. para o seu estatuto, em 31/12/2010 apenas 20% dos docentes estavam na carreira com categoria de professor.

Embora o número de docentes em regime de dedicação exclusiva tenha diminuído nestes 5 anos, a sua percentagem (56% do total em 2005), passou para 59% em 2010, como consequência da forte redução no pessoal com funções docentes através do recurso a outros tipos de colaboração que não os previstos no estatuto.

E, nos últimos 5 anos duplicou o número de docentes contratados a tempo parcial, que hoje são mais de 1/3 do total de docentes declarados. Também como consequência (ou com o pretexto) das dificuldades orçamentais começaram a surgir em número significativo de situações de precariedade extrema em que docentes são contratados a termo certo por um período de 4,5 meses (ou mesmo 3,5 meses) correspondentes a um semestre lectivo. Em muitos casos contratos idênticos são celebrados com o mesmo indivíduo nos semestres seguintes. Isto significa, tão simplesmente, que o docente só tem direito a contrato (vencimento) durante os períodos lectivos. Uma situação que é frequente no ensino superior privado e que traz à memória os tempos de antes do 25 de Abril em que os docentes do ensino não superior público não recebiam vencimento fora do período lectivo.

Tabela 5 – REGIMES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NOS POLITÉCNICOS PÚBLICOS ENTRE 2005 E 2010

POLITÉCNICO PÚBLICO				POLITÉCNICO PÚBLICO				POLITÉCNICO PÚBLICO			
Tempo inteiro	Dedicação exclusiva	6137	7177	Tempo inteiro	Dedicação exclusiva	5885	6718	Tempo inteiro	Dedicação exclusiva	5921	6529
	Tempo integral	880			Tempo integral	712			Tempo integral	608	
	Regime de tenure				Regime de tenure	46			Regime de tenure		
	Comissão de serviço	77			Comissão de serviço	52			Comissão de serviço		
	Requisição	83		Requisição	23		Requisição				
Tempo parcial	Tempo parcial ≥ 50%	863	1789	Tempo parcial	Tempo parcial ≥ 50%	1348	2433	Tempo parcial	Tempo parcial ≥ 50%	2004	3415
	Tempo parcial < 50%	926			Tempo parcial < 50%	1085			Tempo parcial < 50%	1411	
Outros	Colaboração	820	1987	Outros	Colaboração	875	1070	Outros	Colaboração	783	784
	Cooperante	1134			Cooperante	178			Cooperante		
	Regime gracioso	7			Regime gracioso	4			Regime gracioso		
	Regime de cooptação	26			Regime de cooptação	7			Regime de cooptação		
	(não disponível)			(não disponível)	6		(não disponível)	1			
TOTAL			10953	TOTAL			10221	TOTAL			10728

E) SOBRE OS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR E COOPERATIVO

Nunca (desde 1993) houve vontade política por parte dos sucessivos governos para regulamentar as carreiras docentes no ensino superior privado, tal como previsto na lei. Como consequência desta situação constata-se que não há necessariamente correspondência entre as designações utilizadas neste sector para as diferentes categorias e as previstas no ECDU ou no ECPDESP e que também essas designações variam de instituição para instituição. Por esse motivo, a análise para o sector privado foi feita exclusivamente no que se refere aos regimes de prestação de serviço declarados.

Uma primeira característica deste sector reside no facto de em muitas das suas instituições a precariedade de emprego ser chocante e apenas possível por uma frequente violação de lei por parte de entidades patronais, uma situação que continua a contar com a passividade cúmplice dos sucessivos governos. Em 31/12/2010, apenas 36% dos docentes do ensino superior privado foram declarados ao ministério como leccionando a tempo inteiro, valor que pouco difere do referente a 2005.

Uma segunda característica reside no facto de mais de 1/3 dos seus docentes leccionar em duas ou mais instituições de ensino superior, por exemplo para colmatar carências existentes na sua actividade ensino. Com esse objectivo, algumas universidades privadas estão a recorrer á contratação de titulares do grau de doutor que são docentes a tempo inteiro das universidades públicas. Em 2010, havia também quem fosse referido como docente de 9 instituições e é possível constatar que há docentes que surgem perante o ministério com ocupações totais que atingem os 400%.

Uma terceira característica deste sector tem a ver com as remunerações praticadas. São baixas e para os docentes além do quadro ou especialmente contratados, o pagamento da docência tem em conta o número de horas efectivamente leccionadas. Ou seja, o docente recebe apenas durante os períodos lectivos e pelas horas de aula que efectivamente dá.

Tabela 6 – REGIMES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO ENTRE 2005 E 2010

UNIVERSITÁRIO PRIVADO - 2005			
Tempo inteiro			3115
Tempo parcial	Tempo parcial ≥ 50%	956	3982
	Tempo parcial < 50%	3026	
Outros	Tempo parcial = 0%		405
TOTAL			7097

UNIVERSITÁRIO PRIVADO - 2010			
Tempo inteiro			2923
Tempo parcial	Tempo parcial ≥ 50%	1578	4278
	Tempo parcial < 50%	2700	
Outros	Tempo parcial = 0%		837
TOTAL			7201

POLITÉCNICO PRIVADO - 2005			
Tempo inteiro			1182
Tempo parcial	Tempo parcial ≥ 50%	617	2954
	Tempo parcial < 50%	2337	
Outros	Tempo parcial = 0%		221
TOTAL			4136

POLITÉCNICO PRIVADO - 2010			
Tempo inteiro			1331
Tempo parcial	Tempo parcial ≥ 50%	585	3139
	Tempo parcial < 50%	2554	
Outros	Tempo parcial = 0%		445
TOTAL			4470

O conhecimento sobre a situação profissional dos docentes do ensino superior à escala nacional e o modo como essa situação está a evoluir como consequência das políticas definidas para o sector é um requisito essencial para preparar e fundamentar as linhas de actuação sindical a implementar.

Por parte de uma estrutura sindical como a FENPROF, o encontrar de respostas a questões como as relativas à contratação/precarização de vínculos, à qualificação, ao direito a uma carreira e às condições de exercício da profissão, assim como aos perfis dos corpos docentes, não pode ser obtido, como o ministério o tem feito demasiadas vezes, sem ter em conta uma análise rigorosa da realidade concreta que se vive no plano nacional, em toda a sua diversidade. Não pode estar dependente de uma maior ou menor “sensibilidade” que se manifesta na estrutura sindical ou de um conhecimento parcelar sobre a questão concreta, sob o perigo de ser desajustada.

Mário Carvalho – sócio nº 25 do SPN
Rogério Reis – sócio nº 26939 do SPN

Anexo 1 - QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS DOS CORPOS DOCENTES EM 31 DEZ 2009 e 2010

31-12-2009

31-12-2010

